



CONSUMARE

Organização Internacional de Associações
de Consumidores de Língua Portuguesa

Relatório de Actividades e Contas

2025



Em 2025 a CONSUMARE – Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa – esteve ainda mais próxima dos cidadãos africanos de língua oficial portuguesa.

“Um Marco na Proteção ao Consumidor Lusófono e os Pilares da Cidadania”

É com imenso orgulho e a inabalável convicção do dever cumprido que a CONSUMARE apresenta o e-book dedicado ao Fórum Internacional: Um Consumidor + Protegido É Um Cidadão + Seguro.

“(...) Este não é apenas um registo, é um testemunho vibrante e inspirador do evento seminal que representou um divisor de águas nas reflexões e avanços sobre a proteção e defesa do consumidor em toda a comunidade lusófona.

A escolha de Cabo Verde como anfitrião foi deliberada e estratégica. Este arquipélago, notável não só por sua beleza natural estonteante, mas também por sua intensa "Morabeza" e por celebrar cinco décadas de autonomia e autodeterminação, sublinha a sua crescente relevância no cenário global e o seu firme compromisso em fortalecer os pilares da cidadania e do desenvolvimento, com o consumidor posicionado como protagonista central.

A nossa premissa principal é clara e irrefutável: a capacitação e a informação do consumidor são pilares inabaláveis para a edificação de uma cidadania mais segura e para o impulsionamento de um desenvolvimento socioeconómico robusto e sustentável. (...)

Excerto do prefácio do e-book

Maria Inês Dolci
Presidente da Direção



Índice

5. QUEM SOMOS

- 6. Missão
- 7. Visão e Papel da Organização
- 8. Objectivos Estratégicos

O QUE FAZEMOS

- 9. Destaque 2025
- 16. Gestão e Dinamização Institucional
- 17. Informação
- 19. CONSUMARE nos Media
- 19. Articulação Académica e Institucional
- 19. Apoio e Cooperação com as associações membros
- 21. Presença em Seminários e Conferências

O NOSSO LEGADO

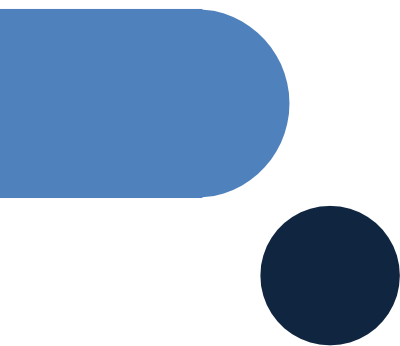
- 22. 2025: ainda mais próximos
- 24. Considerações Finais

25. RELATÓRIO E CONTAS

- 47. Parecer do Conselho Fiscal



Relatório de Actividades





QUEM SOMOS

Corpos sociais em exercício no triénio 2023-2026

DIREÇÃO

Presidente – Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Maria Inês Dolci

Vice-Presidente –

DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Maria João Mendes

(substituída em setembro de 2025 por Graça Cabral)

Vice-Presidente – ProConsumers – Associação para o Estudo da Defesa do Consumidor (Moçambique)

Alexandre Bacião

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – ADECO – Associação para Defesa do Consumidor (Cabo Verde)

Alízia Zego (substituída em julho de 2024 por Nelson Faria)

Vice-presidente – FAAC – Federação Angolana de Associações de Consumidores

Domingos da Conceição Sebastião

Secretário – DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Luís Pisco

CONSELHO FISCAL

Presidente – ACOBES – Associação de Consumidores de Bens e Serviços da Guiné-Bissau

Fodé Carambá Sanhá

Vogal – ProConsumers – Associação para o Estudo da Defesa do Consumidor (Moçambique)

Fausto Jaime Lichucha

Vogal – TANE Konsumidor – Associação Timorense de Defesa do Consumidor

Ivo Pinto



A CONSUMARE visa promover, desenvolver, fomentar e apoiar a defesa dos direitos dos consumidores.

Apoia os seus membros trabalhando diretamente com estes, **informando os consumidores**, bem como defendendo e promovendo os seus direitos, enquanto cidadãos, conscientizando - os dos seus direitos, fornecendo ferramentas na busca por justiça e equidade nas relações de consumo.

Perfil Institucional

A CONSUMARE é uma organização internacional de associações de consumidores que atua em âmbito privado e sem fins lucrativos. Reconhecida pelo Estado Português como uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento, a sua atuação rege-se pelo respectivo Estatuto das ONGD e pelo Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa. O seu propósito fundamental é congregar associações de defesa do consumidor de países, territórios e regiões administrativas de língua oficial portuguesa, bem como entidades com acordos específicos relativos à preservação da língua portuguesa enquanto património histórico e cultural. A CONSUMARE visa estreitar contactos, partilhar informações e cooperar em atividades centradas na promoção e salvaguarda dos direitos dos consumidores.

Formalmente constituída e estabelecida em Lisboa, em 7 de maio de 2014, a Organização integra associações provenientes de oito países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), apresentando a seguinte composição:

*Membros Efetivos (Fundadores)

FAAC – Federação Angolana de Associações de Consumidores*;
ADECOR – Associação de Defesa do Consumidor de Angola;
PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor*;
ADECO – Associação para a Defesa do Consumidor de Cabo Verde*;
ACOBES – Associação de Consumidores de Bens e Serviços da Guiné-Bissau*;
ProConsumers – Organização Moçambicana de Estudo e Defesa do Consumidor*;
DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor*;
ASDECO – Associação São-tomense de Defesa do Consumidor*;
TANE Konsumidor – Associação Timorense de Defesa do Consumidor.

Membros Observadores

(Instituições públicas ou associações que contribuem para a defesa dos direitos e legítimos interesses dos consumidores):

Conselho de Consumidores da Região Administrativa Especial de Macau (República Popular da China);
ADECOR – Associação de Defesa do Consumidor de Angola.

VISÃO E PAPEL DA ORGANIZAÇÃO

As associações de consumidores de língua portuguesa, enquanto organizações promotoras da cidadania, desempenham um papel fundamental no aperfeiçoamento da participação democrática. Enfrentam desafios contínuos de crescimento e de afirmação do movimento de defesa dos consumidores em diversas geografias. O debate e a cooperação entre estas associações constituem um contributo essencial para a melhoria de soluções e para a construção de posições comuns.

A língua portuguesa assume-se como um instrumento privilegiado neste processo de desenvolvimento. A sua posição de destaque, enquanto um dos idiomas mais falados no mundo, é o nosso principal recurso para impulsionar este movimento internacional de defesa dos consumidores

O trabalho da CONSUMARE justifica-se pelo aproveitamento de sinergias e pela troca de experiências. Além disso, visa a valorização da defesa do consumidor, a afirmação da sociedade civil e a promoção da cidadania.

A Organização procura, igualmente, contribuir para o aumento e a melhoria da informação disponível a todos os cidadãos, bem como para o aperfeiçoamento do funcionamento dos mercados. Por fim, almeja que as empresas sejam cumpridoras da lei e alcancem maior qualidade em seu desempenho.





OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

1. Realiza diversas ações para atingir seus objetivos de defesa do consumidor, promoção da cidadania e da democracia, obtido através da participação dos cidadãos nas decisões políticas e económicas;
2. Informação aos cidadãos para o aumento de um papel mais ativo, mais esclarecido e mais consciente do exercício dos seus direitos;
3. Reforço do equilíbrio na distribuição dos benefícios do mercado;
4. Maior visibilidade e encontro de soluções para os problemas dos consumidores;
5. Reforço da cooperação e dos laços de colaboração entre Associações de Consumidores dos Países, Territórios e Regiões Administrativas de Língua Oficial Portuguesa, criando os mecanismos e os modelos que melhor sirvam a troca de experiências e conhecimentos;
6. Promoção da realização de ações e projetos tendo em vista os interesses específicos dos seus associados e das comunidades onde se inserem;
7. Filiação noutros organismos internacionais de defesa dos consumidores; nomeadamente na Consumers International;
8. Celebração de parcerias e protocolos com organismos dos Estados dos seus associados, visando a realização de ações, iniciativas, eventos e publicações;
9. Realização de congressos e outros eventos científicos, jurídicos e culturais, bem como participação em redes de pesquisa, de trabalho e publicações;
10. Estabelecimento e manutenção de contactos com organizações similares que existam noutros Países ou representem comunidades linguísticas no domínio da defesa dos consumidores, tendo em vista a coordenação de iniciativas comuns;
11. Desenvolvimento e manutenção do sítio de internet, que permite a partilha, comunicação e interação instantânea entre os associados, bem como outras ferramentas e plataformas tecnológicas essenciais à prossecução das atividades.

Em resumo, a CONSUMARE trabalha incansavelmente para garantir que os consumidores estejam bem informados, protegidos e empoderados em suas interações com o mercado



DESTAQUE 2025

FÓRUM INTERNACIONAL UM CONSUMIDOR + PROTEGIDO É UM CIDADÃO + SEGURO

Introdução e Contextualização

Entre os dias 10 e 13 de junho, a cidade da Praia, em Cabo Verde, acolheu o fórum internacional intitulado "UM CONSUMIDOR + PROTEGIDO É UM CIDADÃO + SEGURO".

Este evento, de elevado relevo institucional, inseriu-se no Programa das Comemorações dos 50 Anos da Independência de Cabo Verde, tendo sido organizado em estreita parceria com a ADECO (Associação de Cabo Verde para a Defesa do Consumidor) e o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS). A agenda estruturou-se em dois eixos complementares de atuação:

Visitas Institucionais (10 e 13 de junho): Realizaram-se diligências oficiais junto da Provedoria de Justiça, da Assembleia Nacional e do Supremo Tribunal de Justiça, reforçando os laços de cooperação e o diálogo entre os organismos de defesa do cidadão e os órgãos de soberania.

Conferência Internacional (11 e 12 de junho): Sediada nas instalações do ISCJS, a conferência reuniu um painel diversificado de oradores provenientes de Cabo Verde, Brasil, Portugal, Angola e Guiné-Bissau. A dinâmica do evento privilegiou a partilha de conhecimento através de mesas-redondas, apresentações de casos de estudo e sessões de storytelling, permitindo uma abordagem prática e multidisciplinar aos desafios contemporâneos do setor.

Participação e Temáticas Debatidas

Com uma assistência que superou a centena de participantes, o fórum contou com uma representatividade transversal, incluindo figuras da Administração Pública, da Ordem dos Advogados, da Comunidade Educativa, de missões diplomáticas (Embaixadas) e de diversos movimentos da sociedade civil dedicados à proteção do consumidor.

Durante as jornadas de trabalho, foram debatidas temáticas críticas para o quotidiano dos cidadãos de todas as faixas etárias — desde o público jovem aos seniores. As discussões centraram-se, primordialmente, na qualidade e segurança da prestação de serviços e bens nas áreas da saúde, segurança alimentar e bem-estar geral, num contexto de mercado globalizado e em constante mutação.



O programa reuniu especialistas de renome, incluindo juristas, professores eméritos, reguladores e representantes do setor empresarial de toda a Lusofonia, todos comprometidos com a missão crucial de modernizar as políticas de defesa do consumidor.

Conclusões e Recomendações Finais

O Fórum consolidou-se como um espaço privilegiado de reflexão, tendo alcançado os seguintes resultados e orientações estratégicas:

Reforço da Cooperação Lusófona: A presença de oradores de cinco países de língua portuguesa evidenciou a necessidade de criar uma agenda comum para a proteção do consumidor, facilitando a partilha de boas práticas jurídicas e regulatórias entre as nações irmãs.

Capacitação e Literacia Jurídica: A elevada adesão de representantes da sociedade civil e da comunidade educativa sublinha a importância de continuar a investir na educação para o consumo, garantindo que os cidadãos conheçam e exerçam os seus direitos de forma plena.

Harmonização Legislativa: Como recomendação principal, destaca-se a urgência de adaptar os quadros legais nacionais aos novos desafios da economia digital, assegurando uma proteção eficaz em setores sensíveis.

Continuidade Institucional: Propõe-se que as conclusões retiradas das mesas-redondas sejam compiladas num documento de orientações estratégicas, a ser partilhado com as instâncias superiores visitadas durante o evento.

Em suma, a iniciativa não só celebrou os 50 anos da Independência de Cabo Verde, como também lançou as bases para uma proteção do consumidor mais resiliente, inclusiva e adaptada às exigências do século XXI.

Consulte o programa na página seguinte.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

UM CONSUMIDOR + PROTEGIDO É UM CIDADÃO + SEGURO

Datas: 11 e 12 de Junho

Local : Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
Avenida Cidade de Lisboa, Fazenda, Praia, Cabo Verde

11 de Junho

08h30 – Recepção e registo dos convidados e participantes

09h00 – SESSÃO DE ABERTURA

Boas – vindas

Presidente do Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais, Yara Miranda

DIREITOS DO CONSUMIDOR COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO

Intervenções sobre o cenário da defesa do consumidor em Cabo Verde e na Lusofonia

Presidente da Direcção da Consumare, Brasil, Maria Inês Dolci
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADECO, Cabo Verde, Eneida Lopes
Ministro da Promoção de Investimentos e Fomento Empresarial e Ministro da Modernização do Estado e da Administração Pública, Eurico Correia Monteiro

09h30 – Mesa Redonda: Fortalecendo a Defesa do Consumidor num Mercado em Transformação

Moderadora

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADECO, Cabo Verde, Eneida Lopes

Participantes

Bastonário da Ordem de Advogados de Cabo Verde, Júlio Martins Júnior

Co-autor do Código de Defesa do Consumidor e Professor de Direito do Consumidor da Escola Paulista de Direito - EPD, Brasil, José Geraldo Brito Filomeno

Representante da Agência da Regulação Multisetorial da Economia de Cabo Verde – ARME - a nomear

Presidente e Professora do ISCJS, Cabo Verde, Yara Miranda

Debate

10h50 – 11h15 – pausa para café e networking

Cd

16h45 – Mesa Redonda: A segurança dos alimentos – Recall, Acidentes de Consumo, Obsolescência Programada – Impactos e Soluções

Moderadora

Presidente da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados – OAB / SP e Jurista, Brasil, Ellen Gonçalves, (streaming)

Participantes

Jurista da DECO, Portugal, Susana Correia (streaming)

Inspector-geral da Inspeção Geral das Actividades Económicas, Cabo Verde, Paulo Monteiro

Nutricionista do Secretariado Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional, Cabo Verde, Ricardo Luz

Presidente da Direcção da CONSUMARE, Brasil, Maria Inês Dolci

Debate

12 de Junho

09h30 – Storytelling: A proteção da saúde e segurança dos consumidores vulneráveis

Crianças: Segurança dos brinquedos: responsabilidade dos fabricantes, comerciantes e importadores

Professor do Mestrado em Direito Médico da Universidade Santo Amaro (UNISA) e do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Brasil, António Carlos Morato

Idosos: Proteção ao idoso no fornecimento de produtos e de serviços de saúde

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Professor do Mestrado em Direito Médico da Universidade Santo Amaro (UNISA), Brasil, Richard Pae Kim

10h30 – 11h00 – pausa para café e Networking

11h00 – Mesa Redonda: O papel da publicidade na saúde e segurança do consumidor

Moderadora

Engenheira, jornalista e Conselheira da CONSUMARE, Brasil, Marilene Mariottoni (streaming)

Com os Apólos Institucionais



INSTITUTO SUPERIOR
de Ciências Jurídicas e Sociais

ADECO
Associação para Defesa do Consumidor

EPD
Escola Paulista de Direito

3

11h15 – Mesa Redonda: O Papel da Sociedade Civil na Defesa do Consumidor: Desafios e Estratégias

Moderador

Responsável pelo Departamento Jurídico da ADECO, Angola, Gilberto dos Santos

Participantes

Jurista e ex-Vice Presidente da Direcção da ADECO, Cabo Verde, Éder Brito

Assessor Estratégico e de Relações Institucionais da DECO, Portugal, Paulo Fonseca (streaming)

Professor e ex- Diretor do Gabinete de Proteção do Consumidor, Brasil, Arthur Rollo (streaming)

Presidente do Conselho da Direcção da Plataforma das ONG's de Cabo Verde, Jacinto Abreu dos Santos – a confirmar

Debate

13h00 – 15h00 – pausa para almoço

DIREITO À SAÚDE E SEGURANÇA

15h00 – Estudo de Caso: Tutela coletiva na proteção da saúde e segurança no fornecimento de produtos e serviços.

Co-autor do Código de Defesa do Consumidor e Professor de Direito do Consumidor da Escola Paulista de Direito - EPD, Brasil, José Geraldo Brito Filomeno

Juiz Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP, Marco Fábio Morsello

Advogado, ex-bastonário da Ordem de Advogados e Presidente do Conselho Fiscal da ADECO, Cabo Verde, Hernani Soares

Debate

16h20 – 16h45 – pausa para café e Networking

Participantes

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADECO, Cabo Verde, Eneida Lopes

Jurista da DECO, Portugal, Luís Pisco, streaming

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo e Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI), Brasil, Alexandre de Mello Guerra

Debate

12h30 – 15h00 – pausa para almoço

15h00 – Storytelling: Apresentação de Boas Práticas no sector da segurança, higiene alimentar e saúde dos consumidores

Representantes das Associações Membro da CONSUMARE – presencial / streaming – ACOBES, Guiné-Bissau, Fode Caramá Sanhá, ADECO, Angola, Gilberto dos Santos, DECO, Portugal, Graça Cabral

15h30 – Storytelling: Apresentação dos principais conflitos de consumo e soluções inovadoras

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo e Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI), Brasil, Alexandre de Mello Guerra

Debate

16h00 – SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Balço e posições públicas sobre UM CONSUMIDOR + PROTEGIDO É UM CIDADÃO + SEGURO

Intervenções

Presidente e Professora do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Cabo Verde, Yara Miranda

Presidente da Direcção da ADECO, Cabo Verde, Nelson Faria

Presidente da Direcção Consumare, Brasil, Maria Inês Dolci

Presidente da Câmara Municipal de Praia, Cabo Verde, Francisco Carvalho – a confirmar

17h30 – encerramento do Fórum

Com os Apólos Institucionais



INSTITUTO SUPERIOR
de Ciências Jurídicas e Sociais

ADECO
Associação para Defesa do Consumidor

EPD
Escola Paulista de Direito

4

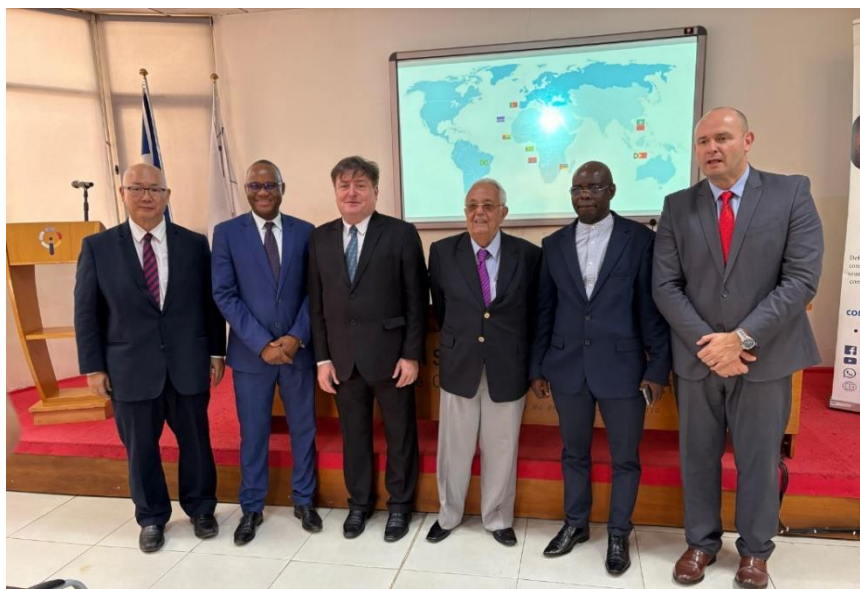
IMPACTO E RESULTADOS ESTRATÉGICOS

Com esta Conferência, a CONSUMARE conseguiu partilhar informação sobre os direitos dos consumidores pertinente com todas as associações dos PALOP, recolher posições unânimes e compilar jurisprudência que permitiram a criação de caderno reivindicativo global, apoiando diretamente as equipas jurídicas dos membros da Organização, oferecendo argumentação para defender os interesses dos consumidores.

Parafraseando o Presidente da ADECO, Nelson Faria, “esta Conferência Internacional provou que a Lusofonia é um "terreno fértil para a causa da defesa do consumidor".

Imagens dos 2 dias da Conferência Internacional







Comitiva com Provedor de Justiça



Comitiva na Assembleia Nacional, recebida pelo Vice-presidente



Comitiva com Presidente do Supremo Tribunal de Justiça



Publicação do e-book da Conferência Internacional UM CONSUMIDOR + PROTEGIDO É UM CIDADÃO + SEGURO

Como memória deste evento internacional, a CONSUMARE publicou este documento que, além de reunir as intervenções recolhidas, disponibiliza uma galeria fotográfica e as apresentações projetadas durante a Conferência. A Direção da CONSUMARE considera que este e-book constitui um recurso de elevado interesse para os consumidores, funcionando como um catalisador para o surgimento de novos projetos e parcerias estratégicas.

A CONSUMARE lançou no dia 30 de Outubro o e-book que compila as intervenções e memórias do FORUM INTERNACIONAL: UM CONSUMIDOR + INFORMADO É UM CONSUMIDOR + PROTEGIDO. Esta publicação foi disponibilizada, para leitura e impressão, para os membros da Organização, entidades públicas, parceiros e consumidores em geral no sítio da internet da CONSUMARE:

<https://consumare.org/activeapp/wp-content/uploads/2025/10/E-BOOK-CONFERENCE-INTERNACIONAL-JUNHO-2025.pdf>



Fórum Internacional

"Um Consumidor + Protegido É Um Cidadão + Seguro"

10 a 12 de junho de 2025

Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Praia,
Cabo Verde

ORGANIZAÇÃO

CONSUMARE, em parceria com a ADECO (Cabo Verde) e o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS).



GESTÃO E DINAMIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Articulação Interna: manutenção de contactos regulares entre a Presidência, dirigentes e colaboradores das associações membro para agilizar o desenvolvimento de projetos, utilizando ferramentas de comunicação instantânea para coordenação operacional.

Coordenação Estratégica: realização de diversas reuniões por videoconferência entre a Presidente da Direção, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e a assessoria focadas no planeamento anual.

Assembleia Geral Ordinária: reunião ocorrida a 23 de Abril, destinada à análise e aprovação do Relatório de Actividades e Contas de 2024 e discussão das metas para 2025.

Alteração nos Órgãos Sociais: em Julho, a Direção da DECO (membro fundador) designou Graça Cabral para substituir Maria João Mendes no cargo de Vice-Presidente da Direção da Organização, integrando o mandato para o triénio 2023-2026.

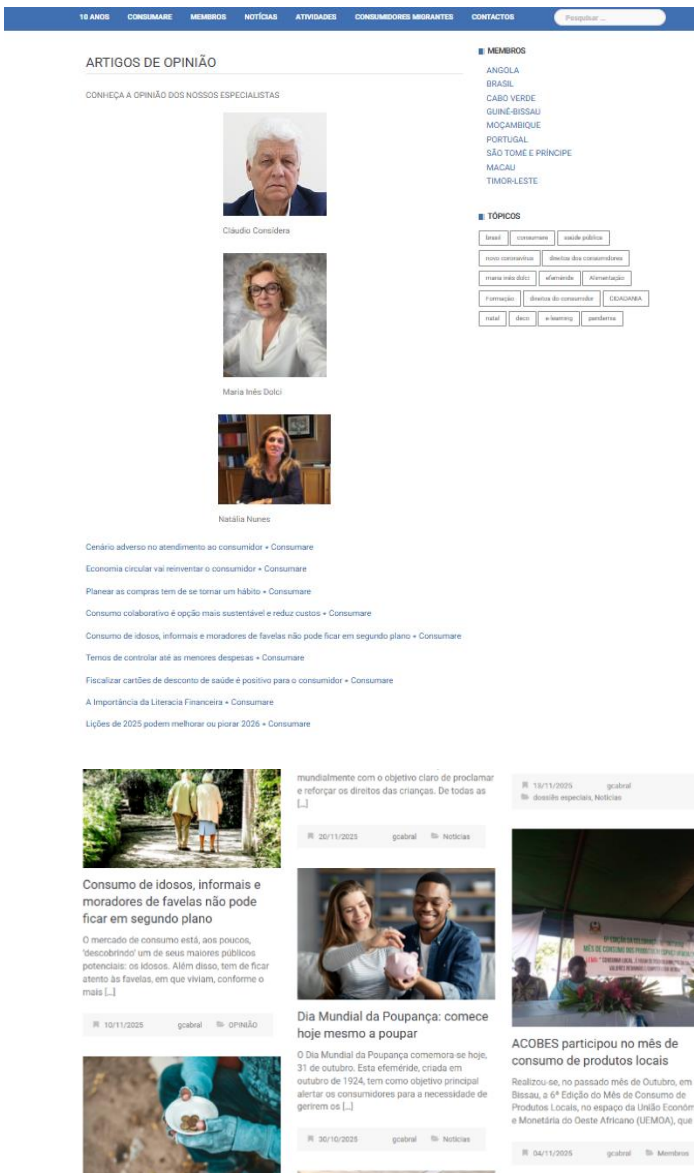
Grupo Estratégico de Juristas: A excelência de relações estabelecidas permitiu a constituição do Grupo Estratégico de Juristas da CONSUMARE, uma contribuição pro bono de alto impacto. Integram este Conselho Consultivo os ilustres doutores: Alexandre Melo Guerra, António Carlos Morato, Arthur Rollo, José Brito Filomeno e Richard Pae Kim.

INFORMAÇÃO

SÍTIO NA INTERNET

A atualização da informação disponibilizada no sítio na internet continuou a ser uma das prioridades da CONSUMARE para o ano 2025, apostando-se, de artigos de opinião, tanto da Presidente da Direção, Maria Inês Dolci, como de Conselheiros Especialistas da CONSUMARE. Foram publicados **9 artigos de opinião**.

Foram publicadas, no total, **29 notícias e 5 vídeos**.



The screenshot shows the CONSUMARE website interface. At the top, there is a navigation bar with links for '10 ANOS', 'CONSUMARE', 'MEMBROS', 'NOTÍCIAS', 'ATIVIDADES', 'CONSUMIDORES MIGRANTES', and 'CONTACTOS'. Below this is a search bar. The main content area is titled 'ARTIGOS DE OPINIÃO' and features a section 'CONHEÇA A OPINIÃO DOS NOSSOS ESPECIALISTAS' with three profile cards: Cláudio Considera, Maria Inês Dolci, and Natália Nunes. To the right, there are sections for 'MEMBROS' (listing countries like Angola, Brasil, Cabo Verde, etc.) and 'TOPICOS' (listing areas like 'saúde pública', 'educação', etc.). At the bottom, there are several article teasers with images and titles, such as 'Consumo de idosos, informais e moradores de favelas não pode ficar em segundo plano' and 'Dia Mundial da Poupança: comece hoje mesmo a poupar'.



The screenshot shows an article page on the CONSUMARE website. The header includes the CONSUMARE logo and navigation links. The article title is 'Temos de controlar até as menores despesas'. The text discusses the importance of controlling expenses, especially in food and transport. Below the text, there are social media sharing icons and a date '24/11/2025'. To the right, there are two featured images: one showing a group of children and another showing various household appliances.



The screenshot shows another article page on the CONSUMARE website. The article title is 'Governo angolano viola direitos do consumidor nas tarifas da electricidade e de água'. The text mentions ADECOR's denunciation of a tariff regulation. To the right, there are two featured images: one showing a group of people at an event and another showing a video conference grid.

REDES SOCIAIS

FACEBOOK

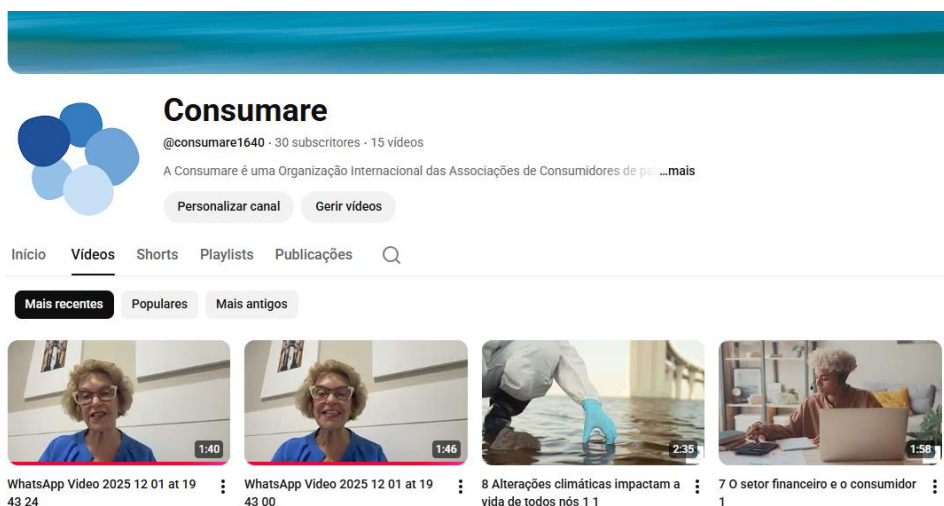
Em termos de seguidores e gostos, a página de Facebook (FB) da CONSUMARE registou aumento no número de visitas, visualizações e alcance. A página contava, no final de 2025, com 488 seguidores, mais 08 do que no ano transato, e 7.452 visualizações. Foram publicados 28 posts, que atingiram um alcance médio de 2,5 mil cidadãos.

INSTAGRAM

Em 2025 foram publicados, nesta rede social, 28 posts. A página contava no final do ano com 240 seguidores, mais 18 do que em 2024.

YOUTUBE

Em 2025 foram publicados neste canal audiovisual 5 vídeos, servindo como um repositório estratégico de informação e sensibilização para os consumidores.



CONSUMARE nos MEDIA

COLABORAÇÃO REGULAR

A colaboração semanal com a RDP ÁFRICA, **programa Olhe por Si**, teve continuidade, tendo sido emitidas **56 edições** deste programa.

Os conteúdos em formato podcast permanecem disponíveis para consulta no sítio oficial da estação emissora. Adicionalmente, cada emissão continuou a ser acompanhada por textos de apoio síntese, concebidos especificamente para serem descarregados pelos ouvintes, facilitando assim o acesso permanente à informação e o reforço da literacia jurídica dos cidadãos.



Articulação Académica e Institucional

No decurso das semanas que antecederam a realização do Fórum Internacional, em Cabo Verde, foram promovidas várias reuniões com a Presidente do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Yara Miranda, e com o Professor do mesmo Instituto, Alassana Valdez, com vista à coordenação logística e científica do evento.

Paralelamente, durante o ano de 2025, a CONSUMARE manteve contactos regulares com a Universidade de Cabo Verde, representada pela Pró-Reitora e Professora, Maria de Fátima Fernandes. Estas interações visaram a definição e a subsequente formalização de um protocolo de cooperação estratégica entre ambas as entidades, focado no desenvolvimento de projetos conjuntos no domínio da defesa do consumidor.

Apoio e cooperação com as associações membro

A CONSUMARE manteve como diretriz prioritária a resposta célere e eficaz às solicitações das equipas técnicas das suas associações membro. Este apoio operacional traduziu-se no envio de documentação especializada, na partilha de conhecimentos técnicos e na divulgação sistemática de informações nacionais, tanto no portal institucional como nas diversas redes sociais.

No decurso de 2025, é de destacar o estreito intercâmbio de experiências entre as diversas equipas, com especial relevo para a colaboração ativa entre a ACOBES, ADECO, ADECOR e ProConsumers. Esta sinergia permitiu uma maior coesão na defesa dos direitos dos consumidores em diferentes geografias.



10 ANOS CONSUMARE MEMBROS NOTÍCIAS ATIVIDADES CONSUMIDORES MIGRANTES CONTACTOS

ADECOR celebra o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor

17/03/2025 | gcabral | dossiés especiais, Notícias

MEMBROS

- ANGOLA
- BRASIL
- CABO VERDE
- GUINÉ-BISSAU
- MOÇAMBIQUE
- PORTUGAL
- SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
- MACAU
- TIMOR-LESTE

TÓPICOS

- consumare
- saúde pública
- natal
- deco
- Alimentação
- direitos dos consumidores
- maria inês doici
- CIDADANIA
- brasil
- direitos do consumidor
- e-learning
- novo coronavírus
- Formação
- etfeméride
- pandemia



Presença em seminários e conferências

A Presidente da Direção da CONSUMARE, Maria Inês Dolci, participou, como oradora principal, no evento sobre **CONSUMO SUSTENTÁVEL**, uma organização do Instituto Brasileiro de Consumidores e Titulares de Dados – IBCTD, em Agosto, no Conselho Regional de Economia – CORECON, em São Paulo, Brasil.

A convite da Comissão Permanente da Ordem de Advogados de São Paulo, Maria Inês Dolci, Presidente da Direção, e Natália Nunes, Conselheira da CONSUMARE, participaram na **Conversa Transatlântica sobre as apostas online e o endividamento**.

Uma Conversa Transatlântica sobre Bets e o Endividamento

PALESTRANTES MODERADORA

Natalia Nunes Carina Minc Maria Ines Dolci

20/OUT ÀS 17H | TRANSMITIDO VIA CULTURAL OAB

INSCRIÇÕES: OABSPORG.BR

OAB SÃO PAULO Comissão de Defesa do Consumidor Cultural



2025: ainda mais próximos

“A verdadeira soberania de um povo mede-se também pela segurança e dignidade do seu dia a dia. A CONSUMARE acredita que cada cidadão é uma ilha. E um consumidor protegido é uma ilha segura, com portos abertos e faróis que guiam. É quando cada ilha se fortalece que todo o arquipélago – e toda a nação se torna verdadeiramente inexpugnável. “



Excertos da intervenção da Presidente da Direção, Maria Inês Dolci

“Os direitos do consumidor são, na sua essência, o coração pulsante de uma economia viva e de uma sociedade justa. Não constituem um obstáculo ao crescimento; são, antes, o seu alicerce fundamental.

sociedade com direitos do consumidor respeitados é uma sociedade mais justa e com maior controlo social sobre as relações económicas.

O Pilar da CONFIANÇA

O primeiro pilar é a CONFIANÇA. O direito à segurança, à qualidade e à informação clara... estes direitos alicerçam o bem mais precioso de uma economia. Sem confiança, o mercado paralisa; com confiança, as engrenagens do desenvolvimento movem-se com renovado vigor. Aqui, em Cabo Verde, a confiança assume uma identidade própria: chama-se Morabeza. A Morabeza transcende a arte de bem receber; é a promessa de um porto seguro e de um tratamento equitativo. Transportar esta essência para as relações de consumo é converter a nossa identidade cultural na nossa maior vantagem competitiva.

O Pilar da CIDADANIA

O segundo pilar é a CIDADANIA. A proteção do consumidor é, por definição, um ato democrático. Garante o acesso à justiça, capacita o cidadão nas suas escolhas e exige transparência, tanto dos poderes públicos como do mercado. Uma sociedade onde os direitos do consumidor são respeitados é uma sociedade mais justa, dotada de um maior controlo social sobre as relações económicas.

O Pilar do DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O terceiro pilar é o DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Consumidores informados e exigentes impulsionam o mercado para a adoção de práticas mais éticas, seguras e sustentáveis. A defesa do consumidor assume-se, portanto, como uma força motriz para a inovação e para a edificação de uma economia que concilie o crescimento com a responsabilidade social e ambiental, salvaguardando o futuro das próximas gerações.”





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquadramento Administrativo e Financeiro

A sede da Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa - CONSUMARE funciona, a título de comodato, nas instalações da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO, sitas na Rua Artilharia Um, 79-4º andar, em Lisboa, Portugal.

A DECO assegurou os recursos humanos e logísticos necessários à plena viabilização e elaboração do presente relatório de atividades.

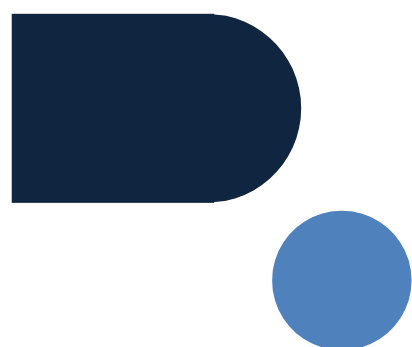
No que concerne à gestão financeira, as contas da CONSUMARE são objeto de análise por parte do seu Conselho Fiscal e devidamente auditadas por um Contabilista Certificado, conforme atesta o Parecer e o Relatório de Contas anexos a este documento. Importa salientar que os recursos financeiros da Organização provêm exclusivamente das quotas anuais dos seus Associados e Observadores.

Lisboa, 24 de março de 2026





RELATÓRIO E CONTAS



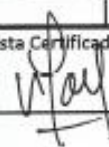
**CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações
de Consumidores de Língua Portuguesa**

**BALANÇO INDIVIDUAL
31 DE DEZEMBRO DE 2025**

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	0,00 €	0,00 €
Bens do património histórico e cultural		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	5	0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Associados		0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €
Activo corrente:			
Créditos a receber	11	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	11	0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Associados	11	0,00 €	1.000,00 €
Diferimentos	11	0,00 €	0,00 €
Outros ativos correntes	11	0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	11	6.408,76 €	8.161,40 €
Total do Activo		6.408,76 €	9.161,40 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados transitados		9.161,40 €	8.845,79 €
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00 €	-900,00 €
		9.161,40 €	7.945,79 €
Resultado líquido do período		-2.752,64 €	1.215,61 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		6.408,76 €	9.161,40 €
Passivo :			
Passivo corrente:			
Fornecedores	11	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	11	0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Associados		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	11	0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
TOTAL DO PASSIVO		0,00 €	0,00 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		6.408,76 €	9.161,40 €

A Direcção

O Contabilista Certificado nº 38468





CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		0,00 €	0,00 €
Contribuições de Associados	8	1.200,00 €	2.200,00 €
Subsídios à exploração e Projectos	8	0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00 €	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos		-2.952,64 €	-984,39 €
Gastos com o pessoal		0,00 €	0,00 €
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		0,00 €	0,00 €
Outros gastos (Correções de Exercícios Anteriores)		-1.000,00 €	0,00 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-2.752,64 €	1.215,61 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.752,64 €	1.215,61 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	6	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos		-2.752,64 €	1.215,61 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		-2.752,64 €	1.215,61 €

A Direcção

O Contabilista Certificado nº 38468

CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa

MAPA DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS - ANO DE 2025

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
1. Rendimentos da atividade		1. Funcionamento	
Jóias e quotas	1.200,00 €	Encontro Internacional Cabo Verde	2.210,00 €
Atividades	0,00 €	Contabilidade (deduzindo IRS retido)	600,00 €
Donativos	0,00 €	Pagos ao Estado (IRS retido)	138,00 €
Subsídios (Projetos)	0,00 €	Programa de Faturação	0,00 €
Outros	0,00 €	Água, Eletricidade, ...	0,00 €
Total de rendimentos da atividade	1.200,00 €	Representação e deslocações	0,00 €
		Comunicações	0,00 €
2. Rendimentos comerciais	0,00 €	Material de escritório	0,00 €
		Higiene, segurança e conforto	0,00 €
3. Rendimentos de capitais	0,00 €	Encargos Bancários	4,64 €
		Outras Despesas	0,00 €
4. Rendimentos prediais	0,00 €	Total de despesas de funcionamento	2.952,64 €
		2. Investimento	
TOTAL DE RECEBIMENTOS	1.200,00 €	Aquisição de equipamentos	0,00 €
		Aquisição ou construção de instalações	0,00 €
		Outras aquisições	0,00 €
		Total de gastos com investimento	0,00 €
		TOTAL DE PAGAMENTOS	2.952,64 €

Total de disponibilidades do ano anterior	8.161,40 €
Receitas	1.200,00 €
Despesas	-2.952,64 €
Saldo para o ano seguinte	6.408,76 €

A Direcção

O Contabilista Certificado nº 38468



CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2025

RESCRIÇÃO	NOTA	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital de empreendimento										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações próprias	Quanto preparadas de capital próprio	Prémios de emissão de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Resuldo Transferido	Ajustamentos em ativos financeiros	Taxas de reavaliação	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15.625,90 €	0,00 €	0,30 €	-2.133,99 €	-3.630,51 €	9.163,40 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referência contabilístico													0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas													0,00 €
Diferenças convertido demonstrações financeiras													0,00 €
Realização excedente da vendação de ativos fixos													0,00 €
Excedentes de realocação de ativos fixos													0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00 €				0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,30 €	0,00 €	0,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,30 €	0,00 €	0,30 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												-2.752,84 €	-2.752,84 €
RESULTADO LÍQUIDO												0,00 €	6.409,76 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO													
Fundos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios, dividendos e lucros													0,00 €
Outras operações													0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15.625,90 €	0,00 €	0,30 €	-2.133,99 €	-6.383,15 €	8.409,76 €

O Contabilista Certificado nº 38468

A Direcção



ANEXO

1. Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade:

CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa

1.2 - Sede

Rua de Artilharia Um, 79 - 5º
1269-160 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade:

Promover, desenvolver, apoiar e fomentar a defesa dos direitos dos consumidores, apoiar os seus membros e trabalhar diretamente com estes visando informar os consumidores bem como defender e promover os seus direitos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC) e a Normas Contabilísticas de Relato Financeiros para as Entidades do Sector Não Lucrativo - ESNL de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 09 de Março e as Portarias nº 105/2011 de 14 de Março, 106/2011 de 14 de Março, e Avias nº 6726 B/2011 de 14 de Março. As divulgações respeitam o exigido pela Portaria 220/2015 de 24 e Julho de 2015.

2.3. - Reconciliação do Fundo associativo

Nada houve a registar durante o ano de 2025

3- Principais políticas contabilísticas

3.1. - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.



As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais é provável que o activo criado venha a gerar benefícios futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinada, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método de linha recta em conformidade com período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

b) Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações destes activos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 01 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 01 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos. De qualquer modo não foram celebrados novos contratos de empréstimos que exigissem a sua capitalização e integração nos custos de aquisição, construção ou produção de um novo activo.

d) Propriedades de Investimento

A Associação não possui activos fixos tangíveis classificados como propriedades de investimento destinados a valorização do capital ou à obtenção de rendas.

e) Investimentos em Associadas

A Associação não possui investimentos em associadas, participadas ou outras entidades.

f) Inventários

A Associação não detém inventários de mercadorias ou qualquer outro bem detido para venda.



g) Impostos sobre o Rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Associação de acordo com a regras fiscais em vigor, não existindo impostos diferidos.

h) Instrumentos Financeiros

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Clientes, Fornecedores, Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários, a existirem, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

i) Benefícios dos Empregados

A Associação atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: ordenados, salários, subsídio de alimentação, diuturnidades, abonos para falhas de caixa, contribuições para a segurança social e gratificações por desempenho. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado presta o serviço. Benefícios pós emprego: não existem contribuições para planos de poupança reforma.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Na preparação das Demonstrações financeiras a Direcção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a Associação necessidade ou intenção de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.



3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas contabilísticas que alterassem a apresentação das contas e dos respetivos movimentos e resultados.

3.4. Correções de erros de exercícios anteriores

Não existiram correções de exercícios anteriores que alterassem a conta de Resultados Transitados ou que influenciassem os resultados do corrente ano.

4 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações e de perdas por imparidade.

As depreciações destes activos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento e as taxas de depreciação correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 50 anos
 Equipamento básico: Entre 5 e 8 anos
 Equipamento Administrativo: Entre 3 e 8 anos
 Outros activos fixos tangíveis: Entre 4 e 8 anos

Activos Fixos Tangíveis	31-12-2024	Adições	Alienações	Activos dat. para venda	Outras Alterações	31-12-2025
Descrição						
Terrenos ou recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento Básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento de Transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipam.Administrativo - Mobiliários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipam.Administrativo-Eq.Informático	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipam.Administrativo-Eq.Comunicação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Activos Fixos Tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activo tangível bruto	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depreciações acumuladas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Perdas por imparidade e reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depreciações acumuladas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activo tangível líquido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS



Os activos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade. As depreciações destes ativos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeitos as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 01 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 01 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento e as taxas de depreciação correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada: Programas de Computador: 3 anos

Activos Fixos Intangíveis	31-12-2024	Adições	Alienações	Activos detida para venda	Outros Alterações	31-12-2025
Descrição						
Projectos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activo Intangível líquido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Amortizações acumuladas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Perdas por imparidade e reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Amortizações acumuladas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activo Intangível líquido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

6 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não aplicável

7 - INVENTÁRIOS

Não aplicável

8 - RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. - Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas na rubrica de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

8.2. - Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos.

O rédito reconhecido pela Associação em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 é detalhado conforme se segue:

Categoria	Em 31-12-2025	Em 31-12-2024
Prestações de Serviços	0,00 €	0,00 €
Subsídios/Donativos/Patrocínios	0,00 €	0,00 €
Projetos	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €
Total	0,00	0,00

9 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Investimentos Financeiros não apresentava saldos ou movimentas.

10 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

10.1. - Subsídios reconhecidos nos fundos patrimoniais

Não foram recebidos ou reconhecidos subsídios que afetar am os fundos patrimoniais.

10.2. - Benefícios sem valor atribuído obtidos de terceiras entidades

Não aplicável.

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. - Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros foram mensurados ao custo ou custo amortizado menos perdas imparidades acumuladas.

Cientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 2024 a rubrica de Cientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar a Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Clientes/Fornecedores/Outras Contas	Em 31-12-2025			Em 31-12-2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Activos:						
Clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Adiantamento a Fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber **	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €	1.000,00 €
Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Activo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €	1.000,00 €
Passivos:						
Fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos por impostos Diferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total líquido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.000,00 €	0,00 €	1.000,00 €

** Valor referente a Quota da DECO-Labor Portuguesa para a Defesa do Consumidor, facturada em Fevereiro de 2024 mas não liquidada.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros Entes Públicos	Em 31-12-2025			Em 31-12-2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Activos:						
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Retenção de impostos s/rendimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros impostos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para outros regimes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras tributações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Activo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos:						
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Retenção de impostos s/rendimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros impostos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para outros regimes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras tributações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	Em 31-12-2025	Em 31-12-2024
--------------	---------------	---------------

Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Activos:						
Gastos a reconhecer - Seguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos a reconhecer - Rendos antecipad	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos a reconhecer - Cartões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos a reconhecer - Medicina Trabalho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos a reconhecer - Outros gastos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Activo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos:						
Rendimentos a reconhecer - Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Rendimentos a Reconhecer	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e Depósitos Bancários	Em 31-12-2025			Em 31-12-2024			
	Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Activos:							
Caixa		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depósitos à ordem		6.408,76 €	0,00 €	6.408,76 €	8.181,40 €	0,00 €	8.181,40 €
Outros depósitos bancários		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Activo		6.408,76 €	0,00 €	6.408,76 €	8.181,40 €	0,00 €	8.181,40 €
Passivos:							
Caixa		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depósitos à ordem		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros depósitos bancários		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Financiamentos obtidos não registava saldos ou movimentos.

Fundos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Fundos apresentava a seguinte decomposição:

Fundo	Em 31-12-2025	Em 31-12-2024
Descrição		
Fundo Associativo	0,00 €	0,00 €
Outros Instrumentos do Fundo associativo	0,00 €	0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	9.161,40 €	19.154,23 €
Ajustamentos em activos financeiros	0,00 €	0,00 €
Outras variações do Fundo	0,00 €	0,00 €
Sub-total	9.161,40 €	19.154,23 €
Resultado líquido do exercício	2.752,64 €	1.215,61 €
Total	11.914,04 €	20.369,84 €

12 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão em 11 de Janeiro de 2026, para apresentação em Assembleia Geral de Associados, marcada para o mês de Março de 2026.

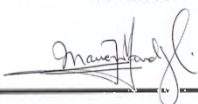
Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

13 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Associação encontra-se totalmente isenta do imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ao abrigo das alíneas b e c do nº 1 do artº 10º do CIRÇ.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2026

A Direcção



O Contabilista Certificado nº 38468



Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: 15º

(Euros)

Cód.	CONTA Descrição	VALORES MENSUAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
11	CADA			0,49		0,49	
12	DEPOSITOS À ORDEM			362.865,54	346.637,64	16.227,90	
21	CLIENTES E UTENTES C/C			2.132,14	2.132,14		
22	FORNECEDORES			11.585,19	11.606,69		21,70
23	PESSOAL			37.108,02	37.108,02		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLI			13.985,27	14.831,60		846,33
26	FUNDADORES/ASSOCIADOS/MEMBR			300,00	300,00		
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A P			107.886,00	101.246,40	10.836,16	4.996,56
28	DIPERBIMENTOS			587,79	339,32	248,47	
52	ATIVOS FINOS TRANSIÓRIOS			7.218,16	7.218,16	7.218,16	7.218,16
56	RESULTADOS TRANSITADOS				50.731,93		50.731,93
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXT			50.477,02	50.477,02		
63	GASTOS COM O PESSOAL			48.833,67	48.833,67		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS			828,00	828,00		
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAME			4,90	4,90		
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			1.821,10	1.821,10		
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO			57.222,01	57.222,01		
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHO			1.757,82	1.757,82		
81	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	29.283,50	29.283,50	129.516,65	100.233,15	29.283,50	
Total geral:		29.283,50	29.283,50	833.359,77	833.359,77	63.844,68	63.844,68



Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

(Euros)

Cód.	CONTA Descrição	VALORES MENSUAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
12	DEPÓSITOS À ORDEM			9.361,46	2.952,64	6.408,76	
22	FORNECEDORES			2.210,00	2.210,00		
24	Estado e Outros Entes Públicos			138,00	138,00		
26	FUNDADORES, DOADORES E ASSO			2.200,00	2.200,00		
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A P			738,00	738,00		
56	RESULTADOS TRANSFERIDOS				9.161,40		9.161,40
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXT			2.092,64		2.092,64	
68	Outros gastos e perdas			1.000,00		1.000,00	
72	Prestações de serviços				1.200,00		1.200,00
01	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			2.028,65	2.028,65		
Total geral:		0,00	0,00	19.815,65	19.815,65	10.361,40	10.361,40



Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: 1P

(Euros)

Cód.	CONTA Descrição	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMUL ANOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
12	DEPÓSITOS À ORDEM			9.361,40	2.952,64	6.408,76	
22	FORNecedores			2.210,00	2.210,00		
24	Estado e Outros Entes Públicos			138,00	138,00		
26	FUNDADORES, DOADORES E ASSO			2.200,00	2.200,00		
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A P			738,00	738,00		
56	RESULTADOS TRANSITADOS				9.161,40		9.161,40
62	FORNecIMENTOS E SERVIÇOS EXT			2.952,64	2.952,64		
68	Outros gastos e perdas			1.000,00	1.000,00		
72	Prestações de serviços			1.200,00	1.200,00		
91	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍOD	2.752,64	2.752,64	7.920,93	5.100,03	2.730,94	
Total geral:		2.752,64	2.752,64	27.720,93	27.720,93	9.161,40	9.161,40



Balancete Analítico

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSUAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
12	DEPÓSITOS À ORDEM			9.361,40	2.952,64	6.408,76	
121	Millennium Bcp - Conta 4545589926			9.361,40	2.952,64	6.408,76	
22	FORNECIMENTOS			2.210,00	2.210,00		
221	Fornecedores c/c			2.210,00	2.210,00		
2211	Fornecedores gerais			2.210,00	2.210,00		
221111	Travel Square Agencia de Viagens			2.210,00	2.210,00		
24	Estado e Outros Entes Públicos			138,00	138,00		
242	Retenção de Imposto sobre rendimentos			138,00	138,00		
2422	Rend. Profissionais			138,00	138,00		
24221	Rend. Profissionais-Residentes			138,00	138,00		
26	FUNDADORES, DOADORES E ASSOCIAD			2.200,00	2.200,00		
264	QUOTAS			2.200,00	2.200,00		
26401	BBCC-Associação Portug. Defesa Consum			1.000,00	1.000,00		
26402	ADECO-Assoc. Defesa Consumidor Cabo V			200,00	200,00		
26403	Conselho Consumidores Governo RAE Ma			1.000,00	1.000,00		
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR			738,00	738,00		
278	Outros devedores e credores			738,00	738,00		
2798	DIVISÕES E CRÉDITOS DIVISOS			738,00	738,00		
278801	Vitor Manuel Neves Laranjo Marques (CC			738,00	738,00		
58	RESULTADOS TRANSITADOS				9.161,40		9.161,40
581	De Exercícios Anteriores				9.161,40		9.161,40
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNO			2.952,64		2.952,64	
622	Serviços especializados			742,64		742,64	
6224	Honorários			738,00		738,00	
62241	Honorários de Colaboradores			738,00		738,00	
622411	Honor. Colab. c/IVA Dedutível			600,00		600,00	
62241101	Vitor Manuel Neves Laranjo Marques			600,00		600,00	
622412	Honor. Colab. c/IVA n/Dedutível			138,00		138,00	
62241299	Iva Suportado sobre Honorários			138,00		138,00	
6227	Serviços Bancários			4,64		4,64	
626	Serviços diversos			2.210,00		2.210,00	
6260	Outros gastos			2.210,00		2.210,00	
626801	Conferências e Seminários			2.210,00		2.210,00	
6268013	Fonam - Cabo Verde			2.210,00		2.210,00	
68	Outros gastos e perdas			1.000,00		1.000,00	
688	Outros			1.000,00		1.000,00	
6881	Correcção relativa a período anterior			1.000,00		1.000,00	
72	Prestações de serviços				1.200,00		1.200,00
722	QUOTAS DE ASSOCIADOS				1.200,00		1.200,00
7221	QUOTAS DO EXERCÍCIO CORRENTE				1.200,00		1.200,00
722104	Associação Defesa Consumidor Cabo Ver				200,00		200,00
722106	Conselho de Consumidores de Lisboa				1.000,00		1.000,00
81	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO			1.215,61	1.215,61		
918	Resultado líquido			1.215,61	1.215,61		
Total geral:		0,00	0,00	19.815,65	19.815,65	10.361,40	10.361,40



COMENTÁRIOS ÀS CONTAS

1. Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade:

CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa

1.2 - Sede

Rua de Artilharia Um, 79 - 5ª
1269-160 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade:

Promover, desenvolver, apoiar e fomentar a defesa dos direitos dos consumidores, apoiar os seus membros e trabalhar diretamente com estes visando informar os consumidores bem como defender e promover os seus direitos.

2. Comentários

2.1. Enquadramento:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, de acordo com as normas para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

2.2. - Disponibilidades

O valor de 6.478,46€ corresponde ao saldo existente no Millennium BCP - conta nr 000045455899926

2.3.- Clientes e Fornecedores

Não existem valores por receber de Clientes nem a pagar a Fornecedores

2.4.- Fundadores / Associados

Foi anulada (na Conta de Correções de Exercícios Anteriores) referente à quota da DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, faturada a seu pedido em Fevereiro de 2024, mas nunca liquidada.

2.5.- Outras Contas a Pagar

Não existem outras contas a pagar registadas na contabilidade.

2.6.- Fornecimentos e Serviços Externos

Este item diz respeito às despesas inerentes com a actividade da Associação

Honorários Contabilidade:	738,00 €
Encargos Bancários:	4,64 €
Despesas com Seminário Cabo Verde	<u>2.210,00 €</u>
	<u>2.952,64 €</u>

2.7.- Quotizações de Associados

Esta conta apresenta um rendimento total de 2.200,00€ correspondentes à faturação de quotas do ano de 2026 (ver detalhe no Mapa "Demonstração de Resultados" e nota 2.4 acima)

A Contabilidade não pode no entanto deixar de manifestar a sua preocupação pelo fato de as Quotas constituírem (salvo alguns projetos subsidiados) a única fonte de rendimento da Associação pelo que a contínua diminuição destes proveitos pode colocar em dúvida o futuro da CONSUMARE. Deste modo se junta o seguinte mapa de Quotizações pagas

ASSOCIADO	PAGO 2025	PAGO 2024	ULTIMA QUOTA PAGA
Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor - DECO	0,00 €	0,00 €	Em 2022
Proteste - Associação Brasileira Defesa do Consumidor	0,00 €	1.000,00 €	Em 2024
Adeco - Associação para Defesa Consumidoras Cabo Verde	200,00 €		Atualizado - Pago 2025
Acobes-Associação Consumid, Bens e Serviços Guiné Bissau	0,00 €		Em 2018
Faac- Federação Angola Associação Consumidores	0,00 €	0,00 €	Nunca pagou
Associação Estudo e Defesa do Consumidor - Moçambique	0,00 €		Nunca pagou
Conselho dos Consumidores de Macau	1.000,00 €		Atualizado - Pago 2025
Associação Tana Konsumidor - Timor	0,00 €		Em 2023
Asdeco-Associação Sãotomense Defesa do Consumidor	0,00 €		Em 2019
TOTAIS	1.200,00 €	1.000,00 €	

2.8. Outros Proveitos

Não existiram outros proveitos em 2025

3. Resultado do Exercício

A Associação apresenta um resultado negativo de 2.752,64€ (Dois mil setecentos e cinquenta e dois Euros e sessenta e quatro cêntimos). Propõe-se que o valor do Resultado de Exercício seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2026

O Contabilista Certificado nº 38468





ASSOCIADOS

ANGOLA

FAAC - Federação Angolana de Associações de Consumidores

Bairro Cassenda, Avenida 21 de Janeiro n.33 Luanda – Angola

faac1997@hotmail.com

BRASIL

PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Avenida Lúcio Costa, 6420 – Barra da Tijuca – 22630-013 Rio de Janeiro

Ph. (+55) 0800-282-2205 proteste@proteste.org.br

CABO VERDE

ADECO – Associação para Defesa do Consumidor

Bairro Holanda, Monte Sossego, Mindelo, São Vicente 2110. CP 330

Ph. (+238) 232 70 33

<http://www.adeco.cv/> informacaoadeco@gmail.com

GUINÉ-BISSAU

ACOBES – Associação de Consumidores de Bens e Serviços da Guiné-Bissau

Rua Severino Gomes de Pina em Bissau. C.P. 858

acobes92@gmail.com

MOÇAMBIQUE

ProConsumers – Associação para o Estudo da Defesa do Consumidor

Av. Milagre Mabote 512, r/c dto. P.O. Box 1458 Maputo – Moçambique

Ph. (+258) 84000

<http://www.portaldoconsumidor.org.mz/> proconsum@hotmail.com

PORTUGAL

DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Rua da Artilharia Um, 79 - 4º. 1269-160 LISBOA

(+351) 21 371 02 00

<http://www.deco.proteste.pt/> decolx@deco.pt

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

ASDECO – Associação S. Tomense de Defesa do Consumidor

S. Tomé, Rua de Cabo Verde

ontstpdis@cstome.net

TIMOR LESTE

TANE KONSUMIDOR – Associação de Defesa do Consumidor Timorense

Apartado 154, Díli

Tane.konsumidor.tl@gmail.com



OBSERVADORES

ANGOLA

ADECOR – Associação de Defesa do Consumidor

Rua Ngola Kiluanje, n° 89- Cx. Postal n° 12246

Luanda Cx. Postal – Angola

adeconsumidor@outlook.com

MACAU

**Conselho de Consumidores da Região Administrativa
Especial de Macau da República Popular da China**

Posto de Atendimento no Bairro Norte

Rua Nova da Areia Preta, N°52, Macau

Ph. +853 89 889 315

info@consumer.gov.mo
